

## Bem-Estar Social e Desigualdade

Desigualdade é um conceito relacional que não existe no indivíduo tomado isoladamente mas constitui uma propriedade da relação entre eles. Já bem estar é algo que pode a princípio ser observado individualmente, ou agregando o conjunto de pessoas, denominado bem estar social. Na verdade, desigualdade é uma propriedade da função bem estar social que incorremos, ou não, ao passarmos da medição dos níveis de bem estar de cada pessoa para o cálculo de bem estar do conjunto de pessoas que compõem uma sociedade. Seguimos na tradição econômica inaugurada no seminal trabalho do Anthony Atkinson de derivar explicitamente desigualdade a partir do bem estar social.

**Conceitos** – Antes de relacionar bem estar social e desigualdade de renda, aspecto central aqui, cabe inicialmente apontar semelhanças e diferenças com outros conceitos próximos. Em primeiro lugar, a diferenciação das medidas de bem estar objetivas das medidas subjetivas. No primeiro caso tratamos de variáveis palpáveis como renda, consumo, educação entre outras dimensões objetivas. No segundo caso temos medidas baseadas nas percepções das pessoas sobre este, ou outros temas. A literatura de felicidade impulsionada pelo trabalho de Richard Esterlin se insere dentro desta última vertente. O problema é que as aspirações e os julgamentos de valor variam entre indivíduos, ou mesmo para um mesmo indivíduo ao longo do tempo na adaptação a novas situações de vida.

É interessante ainda fixar a distinção de medidas de bem estar com muitas dimensões daqueles com uma única dimensão. No primeiro caso temos medidas baseadas não apenas em renda mas que levam em conta a falta de acesso a outros elementos básicos como educação e saúde tal como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) concebido por Amartya Sen e Mahbub ul Haq e acompanhado pelo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD). Apesar de mais ricos os índices com múltiplas dimensões encerram uma série de dificuldades de operacionalização como na fixação dos pesos de cada dimensão e na sua decomposição em partes menores.

Na prática apesar de criticado – por boas razões – de deixar complexidades de fora os índices de bem estar baseados em uma única dimensão monetária são os mais utilizados no pressuposto – muitas vezes irreal - que os indivíduos numa economia de mercado são capazes de adquirir diretamente bens e serviços que atendam as suas necessidades.

É possível muitas vezes imputar valores a aluguéis da casa própria, educação e saúde e incorporá-los nas medidas de bem-estar.

Seguiremos aqui medidas de desigualdade simples. Respondendo a pergunta clássica formulada por Amartya Sen “Desigualdade de Que?” com uma resposta singela: renda per capita. Alguns argumentarão, com razão que a estratégia reducionista transformará o retrato colorido fornecido pelas pesquisas domiciliares numa foto em preto e branco. Alguns responderão a este ponto citando as vantagens de olhar as partes sem perder a visão do todo que constitui o cerne da estratégia aqui descrita.

**Bem estar e desigualdade** - Para deixar claro ao leitor, estaremos aqui trabalhando com medidas de desigualdade objetivas e com uma única dimensão: renda. Na literatura econômica é derivada de medidas de bem estar sujeitas aos mesmos atributos. Vejamos a medida de desigualdade mais conhecida o índice de Gini varia entre zero e um. Quanto maior o indicador, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica aonde a renda de todos fossem exatamente iguais, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão de um índice de Gini brasileiro superior a meio correspondente ao nosso Gini não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade. O complemento do Índice de Gini é uma medida de equidade.

Optamos aqui por uma solução inicial simples de acoplar os efeitos da média e da desigualdade numa função bem-estar social simples proposta por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. A medida de bem estar social é igual a média de renda per capita **vezes** o complemento do Gini onde a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 630 reais mensais por brasileiro em 2009 seria o valor do bem-estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 45,5% deste valor, 287 reais, dada a extrema desigualdade atual brasileira. O deságio era ainda maior quando o índice era apenas 41,7% da renda média em 2003. Houve uma evolução de 2003 e 2009 de 44% no nível de bem estar social contra 31,9% da renda per capita neste período. Em taxas médias anuais de crescimento da renda per capita da PNAD cresce a 4,7% ao ano contra 6,3% das do Bem Estar Social. Este ganho se refere a redução de desigualdade observada no período. Portanto, nesta abordagem desigualdade é um componente da medida de bem estar.

Em termos mais fundamentais uma medida de desigualdade específica é derivada de uma medida de bem estar específica com forma funcional conhecida, ou em termos mais gerais com propriedades conhecidas. Economia além da ciência dos recursos escassos para necessidades ilimitadas como definido por Lionel Robbins nos anos 20, economia é o campo nas chamadas ciencias sociais onde o uso das hipóteses media o conhecimentos que dispomos e a realidade complexa. Ao caracterizarmos uma função bem estar social somos implicita, ou explicitamente, obrigados a definir todas a propriedades, ou julgamentos de valor, subjacentes a ela na sua construção e o mesmo necessariamente da função desigualdade dela derivada.

A literatura sintetiza o bem estar inicial de todos num único número correspondendo ao nível de bem estar social. Em geral, assume-se na função bem estar social que se o bem estar de uma pessoa melhora numa dada sociedade e ninguém piora aumenta-se o bem estar social, esta hipótese é conhecida como condição de Pareto. Outra hipótese é a de anonimato onde o bem estar social depende da lista de níveis de bem estar individuais e não da identidade dos indivíduos. Por exemplo, se compararmos uma situação onde o volume de recursos de todas as pessoas da economia são comparáveis a de uma outra situação só trocando o nome das pessoas com cada quantidade de recursos então o nível de bem estar social e de desigualdade terá de ser equivalente por simetria.

A última e mais controversa propriedade da função bem estar é o princípio das transferencias que diz que as pessoas tem uma preferencia por igualdade. É como se houvesse um véu de ignorancia onde ninguem sabe quem é quem. Caso contrário a ordenação escolhida entre diferentes didistribuições recairia sobre o caso onde o próprio indivíduo que escolhe teria toda a renda da economia e os restantes teriam renda zero. A escolha social neste sentido é uma escolha onde há incerteza e as pessoas levam isso em conta na hora de escolher que sociedade gostariam de nascer. Seria o equivalente nesta analogia a existencia de aversão a risco por parte dos agentes. Por exemplo, tomemos a medida de bem estar social mais utilizada, e a mais criticada, a renda per capita que implicitamente ignora questões distribuidas. Dentro da abordagem econômica podemos ter a mais alta desigualdade estatística do mundo mas a medida de desigualdade derivada de uma função bem estar da renda média assumirá sempre um valor nulo. Por construção a desigualdade não importa nesta função bem estar social assumida que é somar a renda de todos e dividir pela renda deles, independentemente da distribuição de recursos entre eles.

Em contraposição, tomemos agora a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini. A função bem estar social que dá origem ao índice de Gini é aquela em que os pesos dados a renda de qualquer pessoa da população é inversamente proporcional a proporção de pessoas mais pobres que ela. A pessoa mais rica da economia seria a pessoa com menor peso no cálculo do nível de bem estar da sociedade enquanto o mais pobre dos pobres teria o maior dos pesos. É um caso bem ajustado ao dito “os últimos serão os primeiros” (e vive-versa).

Além de atribuir pesos atribuídos ao bem estar de diferentes indivíduos como função da renda. É possível ainda introduzir preferência por equidade na função bem estar das pessoas como função da renda, ao invés de assumir que este corresponde necessariamente ao nível individual de renda de cada um. Por exemplo, no caso do Índice de Theil T considera-se o logaritmo da renda como função bem estar individual no pressuposto que dadas variações de renda para os mais pobres são relativamente mais importantes do que para os menos pobres. A fim de se chegar ao nível de bem estar agregado se tira uma média simples dos logaritmos de renda.

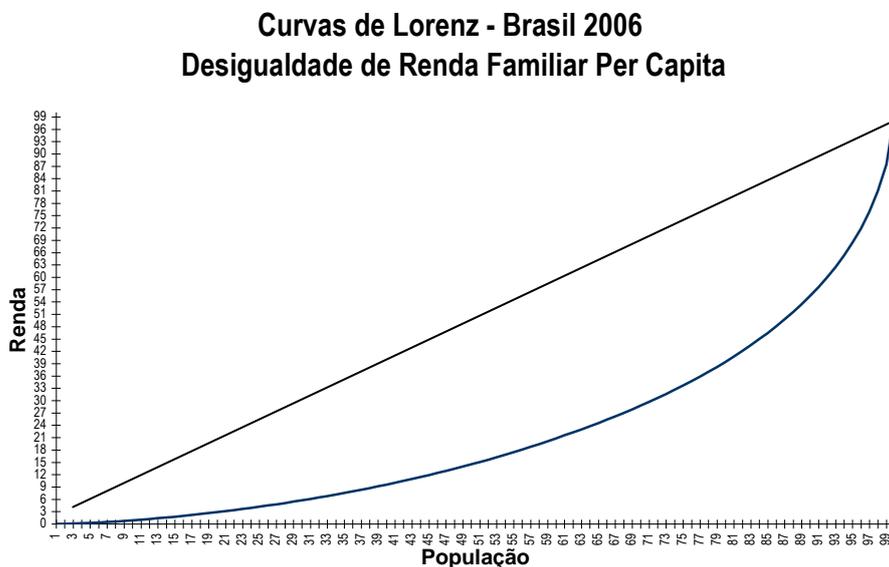
Finalmente, é ainda possível combinar na função bem estar preferências por equidade tanto nos maiores pesos atribuídos aos mais pobres como em impactos decrescentes sobre o bem estar individual de incrementos de renda. No caso da medida apelidada de Thini combina-se o logaritmo do índice de Theil com a estrutura de pesos embutido no índice de Gini. Neste caso esta função bem estar social híbrida vai redundar em maior sensibilidade a transferências de renda para a base da distribuição do que as medidas que deram origem.

De maneira geral, a abordagem criada por Atkinson nos impõe a disciplina de pensar medidas de desigualdades como herdeiras das propriedades assumidas na função bem estar que a deu origem.

**Lorenz** – Há ainda uma abordagem gráfica para o estudo da desigualdade de renda baseada na chamada curva de Lorenz que é mais geral que a abordagem de indicadores específicos como os Índices de Gini e de Theil. A curva de Lorenz é como a impressão digital de uma dada sociedade e através dela é possível realizar comparações mais gerais sobre desigualdade baseadas nos três pressupostos acima citados e não baseadas em formas funcionais específicas

O instrumental gráfico da curva de Lorenz que nos permite ordenamos distribuições de renda sob um ponto de vista de desigualdade. A curva Lorenz é uma curva que expressa a relação entre a proporção de pessoas com renda pelo menos tão elevada do que

determinado valor e a proporção de renda recebida por essas pessoas. Se a medida que caminhamos na proporção acumulada na população caminhamos na exata proporção de renda acumulada estamos num mundo de perfeita equidade. Por exemplo, se sempre uma determinada proporção mais pobre da população sempre obtiver idêntica proporção na renda. Já no extremo oposto a linha de extrema desigualdade corresponde a uma situação na qual todos recebem zero com exceção do mais rico, que recebe o total da renda subindo abruptamente em noventa graus. Na prática, a curva de Lorenz sempre se encontra entre a linha de perfeita igualdade e a de extrema desigualdade. Quando mais próxima ela estiver da linha de perfeita igualdade, mais igualitária é a distribuição de renda.



Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Senão vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária, isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse pari-passu com a participação das suas respectivas rendas no total, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso a medida de desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia e os demais possuem renda zero estaríamos caminhando sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz.

**Bibliografia:**

Atkinson, A.B. (1970), "**On the Measurement of Inequality**", *Journal of Economic Theory*, 2, pp244-63.

Easterlin, Richard A. (1974). "**Does economic growth Improve the human lot?**" in Paul A. David and Melvin W. Reder, eds., *Nations and households in economics growth: essays in honor of Moses Abramovitz*. New York, Academic Press, 89-125.

Hoffmann, Rodolfo (1998) **Distribuição de Renda, Medidas de Desigualdade e Pobreza**, São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

Kakwani, N., Neri, M. C.; Son, H. G. **Linkages Between Pro-Poor Growth, Social Programs and Labor Market: The Recent Brazilian Experience**. World Development. Vol. 38, No. 6, pp. 881–894, 2010.

Sen, Amartya, **Inequality Reexamined**, Harvard University Press, 1992

---

**MARCELO NERI**, é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE, na Fundação Getulio Vargas [mcneri@fgv.br](mailto:mcneri@fgv.br) e [www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps)